

Identidade Perdida

A agropecuária brasileira cresceu em termos reais 13,6% no ano passado, com as lavouras na frente — mais 17% — impulsionadas pela excelente colheita de café, e a produção animal aumentando 9%. Apesar dos bons resultados físicos, os agricultores estão infelizes. Por quê? Porque apesar da abundância da safra houve uma considerável queda de sua remuneração.

O campo está se descapitalizando, os fazendeiros estão vendendo suas terras para pagar as dívidas e migrando para as cidades. Hoje, é possível vender um apartamento de classe média em um bairro de São Paulo ou do Rio de Janeiro e comprar uma fazenda no interior, de um lavrador pendurado na rede bancária, ou devedor dos financiamentos do próprio Governo.

Como chegamos a essa situação, e como será possível sair dela? Não será, certamente, com paternalismo nem com subsídios, como adequadamente afirmou o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Mas não será, também, com a insensibilidade oficial ou com o agravamento dos fossos que se abrem entre cidade e campo, entre indústria e agricultura, entre o homem que trabalha a terra e o que se emprega nos setores secundário e terciário de atividades, em bancos, no comércio, nos serviços em geral.

O Brasil precisa, na verdade, entender com urgência o fenômeno violento de urbanização pelo qual está passando. É preciso digerir os problemas, ruminá-los e propor soluções que não contribuam para desestabilizar ainda mais a sociedade urbana, ou desajustar totalmente a atividade rural, da qual o país desesperadamente necessita para alimentar exportações e estômagos famintos.

De nada adiantam medidas que venham a comprimir ainda mais a renda dos produtores rurais. É preciso medir o custo da ocupação de um braço no interior, e o custo da manutenção desse mesmo braço se vier favelizar uma grande cidade. A incorreta compreensão dos fenômenos que se estendem dos campos para as cidades está na raiz de muitos fracassos, aí se incluindo, sem dúvida nenhuma, o fracasso de uma brilhante constelação de jovens economistas que tudo tinha para acertar, mas dramaticamente errou com o Cruzado, a moratória na dívida externa, o desprezo pelo comércio exterior e tantas outras estratégias enganosas.

O que estamos vivendo, hoje, no Brasil, é um processo de generalizada desinstitucionalização, que gera comportamentos imprevisíveis das classes sociais e provoca, no final das contas, essa sensação geral de que o país se move de forma errática, sem rumo, sem objetivos definidos. *Falta identidade ou faltam identidades* ao país, e muito dessa perda de identidades se explica pela violenta migração dos campos para as cidades, deixando os homens suas raízes no interior, sem criar raízes novas nem sedimentar raízes no meio urbano. Ou à alta mobilidade de mão-de-obra, com uma industrialização insuficiente, e malhas urbanas destroçadas pela favelização.

Em 1960, segundo dados levantados pelo Iuperj, a população urbana brasileira equivalia a 44,7% do total (62% em São Paulo). A década de 80 registra uma população urbana de 87% para o país (88% para São Paulo). Houve uma violentíssima migração de um lado para outro da sociedade, sem que, nesse curto espaço de tempo, pudessem as cidades se aparelhar material e institucionalmente para responder aos desafios que lhes eram colocados.

A média do crescimento do eleitorado brasileiro de 1945 a 1982 foi de 31% por eleição, e caminhamos para fenômenos tais como São Paulo com 48 milhões de eleitores (o equivalente à população de alguns países europeus industrializados) no final do século. Como responder aos desafios tremendos para o ajustamento, o assentamento e a estabilização social em tão curto espaço de tempo?

O desenvolvimento rural e urbano neste país

necessita de equações e propostas novas que estão esbarrando em enormes obstáculos, todos eles derivados da enorme instabilidade política, que acena para a indústria e a agricultura — dois setores carentes de estratégias de longo prazo — com planos e programas erráticos.

Um pé de café requer quatro anos para produzir. Não se apressa o parto de uma vaca nem a engorda de um bezerro. Entre o plantio e a colheita do arroz é preciso que se passe uma estação de águas, vindo antes o preparo da terra e depois a colheita. O intervalo entre a decisão de perfurar um poço de petróleo, a decisão de explorar o óleo descoberto e sua comercialização pode consumir quatro ou cinco anos, se tudo correr bem.

E o que temos e o que tivemos nesta República? Um ministro de Fazenda por ano. Sete planos econômicos. Vários choques, entre ortodoxos e heterodoxos. No Brasil, a genialidade é uma questão de sucesso fátil, não é uma questão de perseverança, de continuidade, de sucesso duradouro.

A descapitalização do interior brasileiro requer, da parte do Estado, mais do que uma recomendação de que os agricultores vão plantar batatas. Requer muito, muito, muito cuidado. O Governo, dentro de sua transitoriedade, deve compreender que a maior urgência neste país, hoje, é mesmo uma estratégia feijão-com-arroz, mas uma estratégia que não retire de repente os pilares sobre os quais a agricultura vinha se assentando. Não sejamos ingênuos: os japoneses subsidiam fartamente seus produtores de arroz. Os americanos têm um programa de desativação de terras para manter os preços dos seus produtos de exportação. O Mercado Comum Europeu compete com nosso açúcar no Egito, vendendo açúcar de beterraba, muito mais caro, a preços de banana.

A desestruturação do interior brasileiro deve ser evitada, para que não se favelizem mais ainda as cidades. O horizonte brasileiro requer paz para produzir, para gerar riquezas e para se reorganizar institucionalmente. Vivemos, hoje, um processo no qual a sociedade tenta se rearrumar forçada pela violentíssima mudança do perfil de sua população rural e urbana. Nesse processo, quem tem falhado, fracassado, perturbado a sociedade é a desarrumação geral do Estado, de suas autarquias, empresas. Não é relevante considerar o tamanho do Estado, mas o que ele faz ou deixa de fazer; porque deteriorou, faliu.

A reorganização da sociedade brasileira deve partir da rearrumação de suas bases políticas, de movimentos de raízes, que nasçam e se orientem colados com as aspirações dos produtores, do homem que produz, seja ele o industrial ou o agricultor, ou o legítimo intermediário e prestador de serviços. É a raiz privada da sociedade não-cartorial que deve costurar as novas alianças e recompor a malha esfarrapada pela violência com que o Brasil e os brasileiros mudaram, ao longo das duas ou quatro últimas décadas, em um processo cuja velocidade e mobilidade não se compara com a de nenhuma nação desenvolvida do mundo.

O Estado deve parar de crescer, de inchar e de interferir na vida dos cidadãos urbanos e rurais. O mínimo que existe de institucionalizado deve ser mantido, ou apenas corrigido, para não criar perturbações maiores ainda ao processo produtivo. É em torno desses princípios que as lideranças nascentes nas cidades e nos campos devem cerrar fileiras, para que o país possa recompor um cenário de democracia organizada e funcionalmente viável.

Se todas as palavras não bastam, lembre-se o Governo de que aquele que produz, mantendo-se de pé, sem quebrar, no meio de todo o turbilhão político e social em que vivemos, é o verdadeiramente competente. Inspire-se o Governo nesses sobreviventes, e certamente encontrará o caminho para a reconstrução da nossa sociedade.